



ESTADO DE MATO-GROSSO

LEI Nº 842, DE 9 DE OUTUBRO DE 1956.

Autor: Deputado Alberto Monteiro

Cria um Aprendizado Agrícola, em Vila Brasil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO-GROSSO :

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de creta e eu sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º - Fica criado, em Vila Brasil, no núcleo Co
lonial Dourados, município de Dourados, um Aprendizado A
grícola "Dr. Fernando Costa".

Artigo 2º - Destina-se o Aprendizado a educar jovens
para o exercício da profissão agrícola.

Artigo 3º - O Aprendizado Agrícola ministrará as dis
ciplinas básicas para a ciência da vida das plantas e dos
animais, sua exploração consciente e sua defesa.

Parágrafo 1º - Além das disciplinas básicas ao ensino
elementar da agricultura, o Aprendizado Agrícola ministra
rá noções práticas de carpintaria e de ferraria.

Parágrafo 2º - Para os alunos analfabetos, o Aprendi
zado Agrícola ministrará também a alfabetização.

Artigo 4º - O ensino no Aprendizado Agrícola, será in
teiramente gratuito e essencialmente prático.

Artigo 5º - A duração do curso, no Aprendizado Agríco
la será de 12 meses, consecutivos, findos os quais recebe
rão os aprendizes diplomas de agricultores.

Artigo 6º - São condições para matrícula no Aprendi
zado:

- a) ser maior de 14 e menor de 18 anos;
- b) ter bons antecedentes e atestado de saúde.

Artigo 7º - O corpo administrativo do Aprendizado A
grícola será constituído de :

- a) Um Diretor;
- b) Um Vice Diretor;
- c) Um Secretário.

Parágrafo único - O Diretor, Vice Diretor e professo
res devem ser técnicos em agronomia e serão contratados pe
lo Governador do Estado de Mato Grosso.



Artigo 8º - O aprendizado Agrícola será instalado em terras de cultura, com área não inferior a 50 hectares.

Artigo 9º - Os pavilhões e as acomodações necessários ao funcionamento do Aprendizado obedecerão ao critério da rusticidade própria ao ambiente do campo.

Artigo 10º - Para atender as despesas da presente lei, será consignado no orçamento vindouro, ou no de outro exercício, se houver impossibilidade em 1957, a verba de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Artigo 11º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 9 de outubro de 1956
135ª da Independência e 68ª da República.

J. Melo de Aguiar
Frederico Lajda Figueiredo
Alencastro

* Registrado à fls 130, 131, 132 do

* Livro competente

Alencastro